

AP. 22.11.89
C95F
AP. 06.06.90



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CÂMARA DOS DEPUTADOS

(DA SRA. BENEDITA DA SILVA) PT-RJ

ASSUNTO:

PROTOCOLO N.º _____

Dispõe sobre a concessão, pelo Estado, de assistência
médica e social às famílias carentes.

NOVO DESPACHO: ÀS COM. CONST. JUST. RED. == SAÚDE, PREV. ASS. SOC. == FINANÇAS

À COM. CONST. JUST. RED. em 15 de JUNHO de 19 89

DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. Deputado Roberto Torres, em 7/8 19 89 *det*
O Presidente da Comissão de Justiça
Ao Sr. Deputado Luis Regoroso, em 28/9 19 90
O Presidente da Comissão de Segurança Social e Família *det*
Ao Sr. _____, em _____ 19 ____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19 ____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19 ____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19 ____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19 ____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19 ____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19 ____
O Presidente da Comissão de _____

PROJETO Nº 858 DE 19 88

SINOPSE

Projeto n.º _____ de _____ de _____ de 19 _____

Ementa: _____

Autor: _____

Discussão única _____

Discussão inicial _____

Discussão final _____

Redação final _____

Remessa ao Senado _____

Emendas do Senado aprovadas em _____ de _____ de 19 _____

Sancionado em _____ de _____ de 19 _____

Promulgado em _____ de _____ de 19 _____

Vetado em _____ de _____ de 19 _____

Publicado no "Diário Oficial" de _____ de _____ de 19 _____



DESARQUIVADO

Art. 2.º — Resol. n.º 6/89

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CÂMARA DOS DEPUTADOS

(DO SR. BENEDITA DA SILVA) *PT-RJ*



ASSUNTO:

PROTOCOLO N.º _____

Dispõe sobre a concessão, pelo Estado, de assistência médica e social às famílias carentes.

DESPACHO: COM.CONST.E JUSTIÇA - PREVIDÊNCIA E ASSIST.SOCIAL - FINANÇAS

À COM.CONST.E JUSTIÇA em *20* de *março* de 19 *89*

DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. *Deputado*, em _____ 19____

O Presidente da Comissão de *Justiça e Redação*

Ao Sr. _____, em _____ 19____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19____

O Presidente da Comissão de _____

PROJETO N.º 858 DE 1988

SINOPSE

Projeto n.º _____ de _____ de _____ de 19____

Ementa: _____

Autor: _____

Discussão única _____

Discussão inicial _____

Discussão final _____

Redação final _____

Remessa ao Senado _____

Emendas do Senado aprovadas em _____ de _____ de 19____

Sancionado em _____ de _____ de 19____

Promulgado em _____ de _____ de 19____

Vetado em _____ de _____ de 19____

Publicado no "Diário Oficial" de _____ de _____ de 19____



CÂMARA DOS DEPUTADOS

BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL Nº	
011	
RESPONSÁVEL P/ PREENCHIMENTO	
ARChaujo	

CASA	LOCAL	TIPO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA		DATA DA AÇÃO		
CD	CSSF	PL	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO
			858	1988	28	03	1990

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

DISTRIBUÍDO AO RELATOR, DEPUTADO ERICO PEGORARO

SGM 20.32.0014.4



CÂMARA DOS DEPUTADOS

BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL Nº	
02	
RESPONSÁVEL P/ PREENCHIMENTO	
ARChaujo	

CASA	LOCAL	TIPO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA		DATA DA AÇÃO		
CD	CSSF	PL	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO
			858	1988	28	05	1990

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

DEVOLVIDO COM PARECER DO RELATOR, DEPUTADO ERICO PEGORARO, PELA ANEXAÇÃO AO PL 3099-C, DE 1989

SGM 20.32.0014.4



CÂMARA DOS DEPUTADOS

BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL Nº	
03	
RESPONSÁVEL P/ PREENCHIMENTO	
Melanto	

CASA	LOCAL	TIPO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA		DATA DA AÇÃO		
CD	CSSF	PL	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO
			858	1988	31	05	1990

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

DEVOLVIDO AO RELATOR, DEPUTADO ERICO PEGORARO PARA REFORMULAR PARECER

SGM 20.32.0014.4



CÂMARA DOS DEPUTADOS

BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL Nº	
04	
RESPONSÁVEL P/ PREENCHIMENTO	
N	

CASA	LOCAL	TIPO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA		DATA DA AÇÃO		
CD	CSSF	PL	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO
			858	1988	06	06	1990

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

- APROVADO O PARECER REFORMULADO DO RELATOR, DEP. ERICO PEGORARO, PELA PREJUDICIALIDADE DO PL 858/88, CONTRA O VOTO DA DEPUTADA BENEDITA DA SILVA.

- AGUARDANDO ASSINATURA.

SGM 20.32.0014.4



CÂMARA DOS DEPUTADOS

BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

PERMANENTES - 02 - COORDENADORIA
BAL Nº 051
RESPONSÁVEL P/ PREENCHIMENTO: <i>Desanto</i>

CASA	LOCAL	TIPO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA		DATA DA AÇÃO			RESPONSÁVEL P/ PREENCHIMENTO
CD	CSSF	PL	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	
			858	1988	27	06	1990	

DESCRIÇÃO DA AÇÃO
ENCAMINHADO À COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

SGM 20.32.0014.4



CÂMARA DOS DEPUTADOS

BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL Nº

CASA	LOCAL	TIPO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA		DATA DA AÇÃO			RESPONSÁVEL P/ PREENCHIMENTO
CD			NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

SGM 20.32.0014.4



CÂMARA DOS DEPUTADOS

BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL Nº

CASA	LOCAL	TIPO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA		DATA DA AÇÃO			RESPONSÁVEL P/ PREENCHIMENTO
CD			NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

SGM 20.32.0014.4



CÂMARA DOS DEPUTADOS

BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL Nº

CASA	LOCAL	TIPO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA		DATA DA AÇÃO			RESPONSÁVEL P/ PREENCHIMENTO
CD			NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

SGM 20.32.0014.4

CÂMARA DOS DEPUTADOS
PROJETO DE LEI Nº 858, DE 1988
(DA SRA. BENEDITA DA SILVA)



Dispõe sobre a concessão, pelo Estado, de assistência médica e social às famílias carentes.

(ÀS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL E DE FINANÇAS).

As Comissões de Constituição e Justiça, de
Previdência e Assistência Social e de Finanças

Em 11.08.88



ARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 858 , DE 1988

(Da Deputada BENEDITA DA SILVA)

Dispõe sobre a concessão, pelo Estado, de assistência médica e social às famílias carentes.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A proteção devida pelo Estado às famílias carentes efetiva-se mediante:

a) assistência médico-farmacêutica gratuita em estabelecimentos oficiais próprios e contratados a terceiros ou, na sua falta, em estabelecimentos particulares, com o posterior ressarcimento das despesas;

b) assistência social ampla através de organismos oficiais especializados e garantia de matrícula em estabelecimentos de ensino públicos, ou, na falta de vagas, em estabelecimentos particulares conveniados;

c) complementação alimentar efetiva através da distribuição regular de gêneros de primeira necessidade pelos órgãos oficiais próprios.

Art. 2º A assistência à saúde da mulher, em especial da gestante, da parturiente e da nutriz, será objeto de programas específicos de atendimento integral e completo, de cuja elaboração e execução participarão, obrigatoriamente, as mulheres.

Art. 3º Esta lei será regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de 90 dias a contar da data de sua entrada em vigor.



CÂMARA DOS DEPUTADOS



Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

Nos termos do art. 175 da Constituição Federal em vigor, a família tem direito à proteção dos Poderes Públicos e, a julgar pelo texto aprovado no primeiro turno de votação, a nova Carta Magna não só conservará, mas também ampliará consideravelmente o dispositivo, inclusive citando os preceitos a serem obedecidos na promoção de programas de assistência à saúde da criança e do adolescente.

Torna-se, pois necessário que a legislação ordinária regulamente a concessão constitucional, estabelecendo diretrizes para o efetivo e inequívoco amparo à família carente, em especial à mulher e à criança.

De fato, nenhum segmento populacional tem sido tão socialmente discriminado quanto o da mulher, sobretudo a partir do momento em que assume a condição de mãe. Como resultado, mães e filhos menores têm permanecido à margem do processo social, nas mais das vezes sem quaisquer condições de prover sequer às necessidades básicas da vida, como alimentação, habitação e saúde.

Não se pode olvidar que este segmento populacional, de características ímpares no contexto da sociedade, se constitui, em última análise, no único sustentáculo de que a Nação dispõe para a construção do seu próprio futuro. Daí por que se lhe deve propiciar condições de vida compatíveis com o papel que lhe está reservado.

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 1988.

Deputada BENEDITA DA SILVA



CÂMARA DOS DEPUTADOS



LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO
DAS COMISSÕES PERMANENTES

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Título IV

DA FAMÍLIA, DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA

Art. 175. A família é constituída pelo casamento e terá direito à proteção dos Poderes Públicos.

(127) § 1º *O casamento somente poderá ser dissolvido nos casos expressos em lei, desde que haja prévia separação judicial por mais de 3 (três) anos.*

§ 2º O casamento será civil e gratuita a sua celebração. O casamento religioso equivalerá ao civil, se, observados os impedimentos e prescrições da lei, o ato for inscrito no registro público, a requerimento do celebrante ou de qualquer interessado.

§ 3º O casamento religioso celebrado sem as formalidades do parágrafo anterior terá efeitos civis, se, a requerimento do casal, foi inscrito no registro público, mediante prévia habilitação perante a autoridade competente.

§ 4º Lei especial disporá sobre a assistência à maternidade, à infância e à adolescência e sobre a educação de excepcionais.

Defiro, à exceção do Projeto de
Lei nº 293/87, já enviado ao Senado
Federal. Em 26.04.89.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

[Assinatura]
Presidente



Brasília-DF., 11 de abril de 1989.

Exmº Sr.

Deputado PAES DE ANDRADE

D.D. Presidente da Mesa da Câmara dos Deputados

Prezado Presidente,

Venho por meio deste, solicitar a V.Exa. o
desarquivamento (conforme projeto de Resolução nº 72 de 1989)
de proposições apresentadas por mim nesta casa, relacionadas
a seguir:

Nº 718 - de 06.06.88.
Nº 764 - de 24.06.88.
Nº 857 - de 22.08.88.
Nº 858 - de 22.08.88.
Nº 966 - de 26.09.88.
Nº 967 - de 26.09.88.
Nº 968 - de 26.09.88.
Nº 293 - de 15.12.87 - *NÃO - SF*

Na oportunidade renovo meus protestos de
apreço e distinta consideração.

Atenciosamente.

[Assinatura]
BENEDITA DA SILVA
Deputada Federal



CÂMARA DOS DEPUTADOS



E R R A T A

(Republica-se em virtude de novo despacho do Sr. Presidente - Art. 2º da Resolução nº 06/89)

Na ementa, onde se lê:

PROJETO DE LEI

N.º 858, de 1988

(Da Sr.ª Benedita da Silva)

Dispõe sobre a concessão, pelo Estado, de assistência médica e social às famílias carentes.

(As Comissões de Constituição e Justiça, de Previdência e Assistência Social e de Finanças.)

Leia-se:

PROJETO DE LEI

N.º 858, de 1988

(Da Sr.ª Benedita da Silva)

Dispõe sobre a concessão, pelo Estado, de assistência médica e social às famílias carentes.

(ÀS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO;
DE SAÚDE, PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL; E DE
FINANÇAS)

5

RESOLUÇÃO NUMERO 06, de 04 de Abril de 1989

Determina o arquivamento das proposições que menciona.

A CÂMARA DOS DEPUTADOS resolve:

Art. 1o. - Das proposições que se encontravam em tramitação no dia 4 de outubro de 1988, ficam arquivadas as seguintes, tenham ou não parecer:

a) as de iniciativa de deputados ou de Comissão permanente; e

b) as que, iniciadas na forma da alínea a, foram emendadas no Senado Federal.

Parágrafo único - Não estão sujeitos ao arquivamento os projetos que, embora na situação prevista no caput deste artigo, sofreram anexação de outros apresentados a partir de 5 de outubro de 1988.

Art. 2o. - Fica facultado ao autor, no prazo de 30 (trinta) dias da promulgação desta Resolução, requerer o desarquivamento das proposições referidas no art. 1o., caso em que se fará nova distribuição, mantendo-se, porém, o número original e sua procedência para todos os efeitos regimentais.

Art. 3o. - As proposições da iniciativa de outros poderes ou do Senado Federal, que se encontravam em tramitação no dia 4 de outubro de 1988, serão remetidas à Mesa para efeito de redistribuição, considerando-se não escritos os pareceres emitidos até aquela data.

Art. 4o. - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5o. - Revogam-se as disposições em contrário.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, em 4 de abril de 1989

Deputado PAES DE ANDRADE
Presidente da Câmara dos Deputados



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO



PROJETO DE LEI Nº 858, DE 1988

"Dispõe sobre a concessão, pelo Estado, de assistência médica e social às famílias carentes".

AUTOR: Deputada BENEDITA DA SILVA

RELATOR: Deputado ROBERTO TORRES

I - RELATÓRIO

Através do presente projeto de lei, a Deputada Benedita da Silva propõe, a cargo do Estado, proteção às famílias carentes, mediante programas de assistência médico-farmacêutica gratuita, em estabelecimentos oficiais ou contratados a terceiros, assistência social e complementação alimentar, por meio de distribuição de gêneros de primeira necessidade, bem como assistência a saúde da mulher, em especial à gestante, à parturiente e à nutriz.

II - VOTO DO RELATOR

O assunto desenvolvido no projeto configura, a nosso ver, matéria de seguridade social e, mais especificamente, de assistência social, tratada na Seção IV do Capítulo II do Título VIII da Constituição Federal. Essa matéria, por for



ça do estatuído no inciso XXIII do art. 22 e no "caput" do art. 61 da Carta Magna pertente à competência legislativa da União, cabendo a iniciativa sobre a mesma a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.

Ante o exposto, opinamos no sentido de que o Projeto de Lei nº 858/88 tramite normalmente pela Casa, por considerarmos-lo constitucional, jurídico e de boa técnica legislativa.

Sala da Comissão, em

Brasília, em 20 de Setembro de 1989.


Deputado ROBERTO TORRES
Relator



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO



PROJETO DE LEI Nº 858, DE 1988

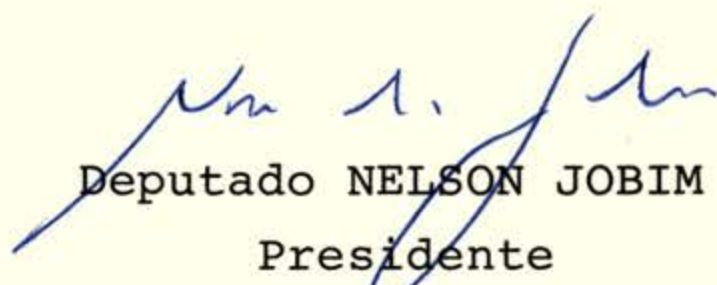
PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em reunião ordinária plenária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de lei nº 858/88, nos termos do parecer do relator.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Nelson Jobim - Presidente, João Natal - Vice-Presidente, Arnaldo Moraes, Carlos Vinagre, Harlan Gadelha, Hélio Manhães, José Dutra, Leopoldo Souza, Mendes Ribeiro, Aloysio Chaves, Costa Ferreira, Eliézer Moreira, Francisco Benjamim, Horácio Ferraz, Jorge Hage, Gerson Peres, Doutel de Andrade, Benedicto Monteiro, Gastone Righi, José Genoíno, Marcos Formiga, Nilson Gibson, Osvaldo Macedo, Plínio Martins, Renato Vianna, Rosário Congro Neto, Sérgio Spada, Messias Góis, Ney Lopes, Oscar Corrêa, Juarez Marques Batista, Sigma-ringá Seixas, Ibrahim Abi-Ackel, Roberto Torres, Afrísio Vieira Lima, Antônio Mariz, Alcides Lima, Adylson Motta, Gonzaga Patriota, Eduardo Bonfim, Lélío Souza, Wagner Lago e Jesus Tajra.

Sala da Comissão, em 22 de novembro de 1989


Deputado NELSON JOBIM
Presidente


Deputado ROBERTO TORRES
Relator



CÂMARA DOS DEPUTADOS



COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 858, DE 1988

Dispõe sobre a concessão, pelo Estado, de assistência médica e social às famílias carentes."

Autora: Deputada BENEDITA DA SILVA

Relator: Deputado ÉRICO PEGORARO

PARECER PRELIMINAR

Com o presente projeto de lei, intenta a nobre Deputada Benedita da Silva dispor sobre a proteção devida pelo Estado às famílias carentes.

De acordo com o art. 1º, a assistência médico-farmacêutica gratuita e a assistência social ampla serão prestadas em estabelecimentos oficiais próprios ou contratados a terceiros ou, na sua falta, em estabelecimentos particulares, sendo a complementação alimentar efetivada através da distribuição regular de gêneros de primeira necessidade.

Em seu art. 2º, dispõe o projetado que a assistência à saúde da mulher, em especial da gestante, da parturiente e da nutriz será objeto de programas específicos de atendimento integral e completo, de cuja elaboração e execução participarão, obrigatoriamente, as mulheres.

Inobstante o inegável alcance social da medida, cabe-nos salientar que tramita pela Casa o Projeto de Lei nº 3.099, de 1989, de autoria do eminente Deputado Raimundo Bezerra, que "dispõe sobre a Lei Orgânica da Assistência Social, suas definições, princípios e diretrizes, determina competência gerais em cada esfera de governo, benefícios e serviços, fontes de financiamento e dá outras providências".

Como se pode observar, trata-se de proposição que regula todos os aspectos atinentes à assistência social. Não bastasse isso, mereceu parecer favorável das doulas Comissões de Constituição e Justiça e Redação, de Saúde, Previdência e Assistência Social e



CÂMARA DOS DEPUTADOS



de Finanças e Tributação.

Em vista do exposto, entendemos deva a douta Comissão de Seguridade Social e Família requerer a anexação da presente proposta ao Projeto de Lei nº 3.099-C, de 1989, retro-referido.

Sala da Comissão, de de 1990.


Deputado ERICO PEGORARO
Relator



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA



PROJETO DE LEI Nº 858, DE 1988

"Dispõe sobre a concessão, pelo Estado, de assistência médica e social às famílias carentes".

Autora: Deputada BENEDITA DA SILVA

Relator: Deputado ERICO PEGORARO

I - RELATÓRIO


Em reunião de 30 de maio de 1990, a Comissão de Seguridade Social e Família apreciou o parecer preliminar que apresentei ao Projeto de Lei nº 858, de 1988, propondo a sua anexação ao Projeto de Lei nº 3.099-C, de 1989.

Considerando que o mesmo já fora apreciado, em caráter terminativo, pelas Comissões a que fora distribuído, a anexação estava invalidada, e, portanto, o parecer deveria ser reformulado.

II - VOTO

Pelo exposto, meu voto é pela prejudicialidade do Projeto de Lei nº 858, de 1988.

Sala da Comissão, em 06 de junho de 1990


Deputado ERICO PEGORARO
Relator



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA



PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Seguridade Social e Família, em reunião ordinária realizada em 06 de junho de 1990, aprovou o Parecer do Relator, Deputado ERICO PEGORARO, pela prejudicialidade do Projeto de Lei nº 858, de 1988, de autoria da Deputada Benedita da Silva, que "Dispõe sobre a concessão, pelo Estado, de assistência médica e social às famílias carentes", com voto contrário da Deputada Benedita da Silva.

Compareceram os Senhores Deputados: Joaquim Sucena, Presidente; Jorge Ueque, Vice-Presidente; Erico Pegoraro, Relator; Genésio Bernardino, Ivo Lech, Raimundo Rezende, Rita Camata, Gilberto Carvalho, Jofran Frejat, Orlando Pacheco, Carlos Mosconi, Ruy Nedel, Nelson Aguiar, Floriceno Paixão, Lúcio Alcântara, Arnaldo Faria de Sá, José Carlos Coutinho, Benedita da Silva, Borges da Silveira e Abigail Feitosa, membros titulares; Célio de Castro, Eduardo Moreira, José Queiroz, Nelson Seixas, Carlos Cardinal, Ervin Bonkoski e Edmilson Valentim, membros suplentes.

Sala da Comissão, em 06 de junho de 1990

Deputado JOAQUIM SUCENA

Presidente

Deputado ERICO PEGORARO

Relator



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Exclua-se da distribuição a Comissão de
Finanças e Tributação. Publique-se.
Em 12/09/90. Presidente

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO



Of. P-nº 084/90.

Brasília, 28 de junho de 1990.

Senhor Presidente,

Por não envolverem assunto pertinente às atribuições desta Comissão, estou devolvendo a V.Exa., para o encaminhamento que couber, os anexos Projetos de Lei nºs 858/88, da Senhora Deputada Benedita da Silva, que "Dispõe sobre a concessão, pelo Estado, de assistência médica e social às famílias carentes"; 2.433/89, do Senhor Deputado Jorge Arbage, que "Determina que as empresas mantenham serviço de primeiros socorros".

Ao ensejo, apresento a V.Exa.

Cordiais Saudações.


Deputado FRANCISCO DORNELLES
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Deputado PAES DE ANDRADE
Presidente da Câmara dos Deputados

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 858-A, DE 1988

(DA SRª BENEDITA DA SILVA)



Dispõe sobre a concessão, pelo Estado, de assistência médica e social às famílias carentes; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; e, da Comissão de Seguridade Social e Família, pela prejudicialidade, contra o voto da Srª Benedita da Silva.

PROJETO DE LEI Nº 858, DE 1988, a que se referem os pareceres)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

(*) PROJETO DE LEI Nº 858, DE 1988

(Da Srª Benedita da Silva)

Dispõe sobre a concessão, pelo Estado, de assistência médica e social às famílias carentes.

(Às Comissões de Constituição e Justiça e Redação; de Saúde, Previdência e Assistência Social; e de Finanças.)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A proteção devida pelo Estado às famílias carentes efetiva-se mediante:

a) assistência médico-farmacêutica gratuita em estabelecimentos oficiais próprios e contratados a terceiros ou, na sua falta, em estabelecimentos particulares, com o posterior ressarcimento das despesas;

b) assistência social ampla através de organismos oficiais especializados e garantia de matrícula em estabelecimentos de ensino público, ou, na falta de vagas, em estabelecimentos particulares conveniados;

c) complementação alimentar efetiva através da distribuição regular de gêneros de primeira necessidade pelos órgãos oficiais próprios.

Art. 2º A assistência à saúde da mulher, em especial da gestante, da parturiente e da nutriz, será objeto de programas específicos de atendimento integral e completo, de cuja elaboração e execução participarão, obrigatoriamente, as mulheres.

Art. 3º Esta lei será regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de 90 dias a contar da data de sua entrada em vigor.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.



Justificação

Nos termos do art. 175 da Constituição Federal em vigor, a família tem direito à proteção dos poderes públicos e, a julgar pelo texto aprovado no primeiro turno de votação, a nova Carta Magna não só conservará, mas também ampliará consideravelmente o dispositivo, inclusive citando os preceitos a serem obedecidos na promoção de programas de assistência à saúde da criança e do adolescente.

Torna-se, pois, necessário que a legislação ordinária regulamente a concessão constitucional, estabelecendo diretrizes para o efetivo e inequívoco amparo à família carente, em especial à mulher e à criança.

De fato, nenhum segmento populacional tem sido tão socialmente discriminado quanto o da mulher, sobretudo a partir do momento em que assume a condição de mãe. Como resultado, mães e filhos menores têm permanecido à margem do processo social, mas mais das vezes sem quaisquer condições de promover sequer às necessidades básicas da vida, como alimentação, habitação e saúde.

Não se pode olvidar que este segmento populacional, de características ímpares no contexto da sociedade, se constitui, em última análise, no único sustentáculo de que a Nação dispõe para a construção do seu próprio futuro. Daí por que se lhe deve proporcionar condições de vida compatíveis com o papel que lhe está reservado.

Sala das Sessões, de 1988. _ Deputada **Benedita da Silva**.

LEGISLAÇÃO CITADA,
ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DAS
COMISSÕES PERMANENTES
CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988

.....

TÍTULO IV

Da Família, da Educação e da Cultura

Art. 175. A família é constituída pelo casamento e terá direito à proteção dos poderes públicos.

§ 1º O casamento somente poderá ser dissolvido nos casos expressos em lei, desde que haja prévia separação judicial por mais de 3 (três) anos.



§ 2º O casamento será civil e gratuita a sua celebração. O casamento religioso equivalerá ao civil, se, observados os impedimentos e prescrições da lei, o ato for inscrito no registro público, a requerimento do celebrante ou de qualquer interessado.

§ 3º O casamento religioso celebrado sem as formalidades do parágrafo anterior terá efeitos civis, se, a requerimento do casal, foi inscrito no registro público, mediante prévia habilitação perante a autoridade competente.

§ 4º Lei especial disporá sobre a assistência à maternidade, à infância e à adolescência e sobre a educação de excepcionais.

.....
.....

REQUERIMENTO DE DESARQUIVAMENTO

Brasília_DF, 11 de abril de 1989

Exmo Sr.

Deputado Paes de Adrade

DD. Presidente da Mesa da Câmara dos Deputados

Prezado Presidente,

Venho por meio deste, solicitar a V. Exa o desarquivamento (conforme Projeto de Resolução nº 72 de 1989) de proposições apresentadas por mim nesta casa, relacionadas a seguir:

Nº 718, de 6-6-88 _ nº 764, de 24-6-88 _ nº 857, de 22-8-88 _ nº 858, de 22-8-88 _ nº 966, de 26-9-88 _ nº 967, de 26-9-88 _ nº 968, de 26-9-88 _ nº 293, de 15-12-87.

Na oportunidade renovo meus protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, _ **Benedita da Silva**, Deputada Federal.

RESOLUÇÃO Nº 6, DE 4 DE ABRIL DE 1989

Determina o arquivamento das proposições que menciona.

A Câmara dos Deputados resolve:

Art. 1º Das proposições que se encontravam em tramitação no dia 4 de outubro de 1988, ficam arquivadas as seguintes, tenham ou não parecer:

a) as de iniciativa de Deputados ou de Comissão Permanente; e

b) as que, iniciadas na forma da alínea a, foram emendadas no Senado Federal.

Parágrafo único. Não estão sujeitos ao arquivamento os projetos que, embora na situação prevista no **caput** deste artigo, sofrem anexação de outros apresentados a partir de 5 de outubro de 1988.

Art. 2º Fica facultado ao autor, no prazo de 30 (trinta) dias da promulgação desta Resolução, requerer o desarquivamento das proposições referidas no art. 1º, caso em que se fará nova distribuição, mantendo-se, porém, o numero original e sua procedência para todos os efeitos regimentais.

Art. 3º As proposições da iniciativa de outros poderes ou do Senado Federal, que se encontravam em tramitação no dia 4 de outubro de 1988, serão remetidas à Mesa para efeito de redistribuição, considerando-se não escritos os pareceres emitidos até aquela data.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara dos Deputados, 4 de abril de 1989. — Deputado **Paes de Andrade**, Presidente da Câmara dos Deputados.

(*) (Republica-se em virtude de novo despacho do Sr. Presidente — art. 2º da Resolução nº 6/89.)

Caixa: 26

Lote: 63
PL N° 858/1988

22

OBSERVAÇÕES

This image shows a single sheet of white paper with horizontal blue or grey ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There is no handwriting or other markings on the paper.

DOCUMENTOS ANEXADOS:

OBSERVAÇÕES

This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There is no handwriting or other markings on the paper.

DOCUMENTOS ANEXADOS:_____
